



PADRÕES MORFOLÓGICOS, CONFIGURAÇÕES ESPACIAIS E HISTÓRIA NA FRONTEIRA:

Análise nos municípios de Paranhos (BR) e Ypejhú (PY)

Morphological patterns, spatial configurations and history at the border:
analysis in the municipalities of Paranhos (BR) and Ypejhú(PY)

Gomes, Ramon Fortunato;

*NAVIRAÍ, Campus de Naviraí; Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
ramon.fortunato@ufms.br*

Bitencourt, Ricardo Batista;

*NAVIRAÍ, Campus de Naviraí; Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
ricardo.bitencourt@ufms.br*

RESUMO

A pesquisa tem como objeto de estudo Paranhos (BR) localizada no estado de Mato Grosso do Sul e Ypejhú (PY) situada no Departamento de Canindeyú, cidades localizadas na fronteira entre Brasil e Paraguai. Busca compreender os fluxos populacionais regionais, os conflitos territoriais e suas dinâmicas, alavancadas pela econômica da expansão agrícola. Tem como objetivo buscar referências de ocupações territoriais e identificar similaridades ou distinções nos padrões morfológicos observados. Como hipótese coloca-se que o fortalecimento da economia, sucedido da expansão agrícola acirrou conflitos sócio espaciais nos territórios indígenas *Guarani-Kaiowá* e contribuiu na formação de diferentes configurações espaciais nos dois lados da fronteira. O método da análise foi por meio da pesquisa histórica, bibliográfica, de campo e do exame em imagens de satélite disponíveis no *Google Earth*. Assim, os resultados apontaram para a identificação de arranjos espaciais e conformações territoriais relevantes assim como detalhes históricos que ajudaram a responder questões de investigação.

Palabras clave: forma urbana; configurações espaciais; fronteiras.

Bloco temático: 1. Cidade e Projeto. **Tema:** Morfologia Urbana.

ABSTRACT

The research has as object of study Paranhos (BR) located in the state of Mato Grosso do Sul and Ypejhú (PY) located in the Department of Canindeyú, cities located on the border between Brazil and Paraguay. It seeks to understand regional population flows, territorial conflicts and their dynamics, leveraged by the economics of agricultural expansion. It aims to search for references of territorial occupations and to identify similarities or distinctions in the observed morphological patterns. The hypothesis is that the strengthening of the economy, followed by agricultural expansion, intensified socio-spatial conflicts in the Guarani-Kaiowá indigenous territories and contributed to the formation of different spatial configurations on both sides of the border. The method of analysis was through historical, bibliographical and field research and examination of satellite images

available on Google Earth. Thus, the results pointed to the identification of relevant spatial arrangements and territorial conformations as well as historical details that helped to answer research questions

Keywords: urban form; Space settings; borders.

Thematic clusters: 1. City and Project. **Topic:** Urban Morphology.

Introdução

Sob o paradigma urbano do século XXI, de diversidade cultural, conflitos territoriais e segregação socioespacial, este artigo é parte da pesquisa encampada no Grupo de Pesquisa “Instâncias Convergentes em Arquitetura, Urbanismo e Tecnologia” na Linha de pesquisa “Legislação, Morfologia e Paisagem Urbana”, registrada no Conselho Nacional de desenvolvimento Científico (CNPq), proposta pelo Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Naviraí (CPNV-UFMS). Nele, busca-se compreender a urbanização na faixa de fronteira do Brasil com outros países da América do Sul, na esteira de outros trabalhos desenvolvidos em morfologia urbana, assentamentos informais e cidade contemporânea (Gomes, 2019; Bitencourt, 2020), onde foram identificados padrões que possibilitam alguma compreensão do espaço urbano e seu decorrente planejamento, nesse tipo de região. Sendo este, focado nas cidades gêmeas Paranhos (BR) e Ypejhú (PY), Fig.01.

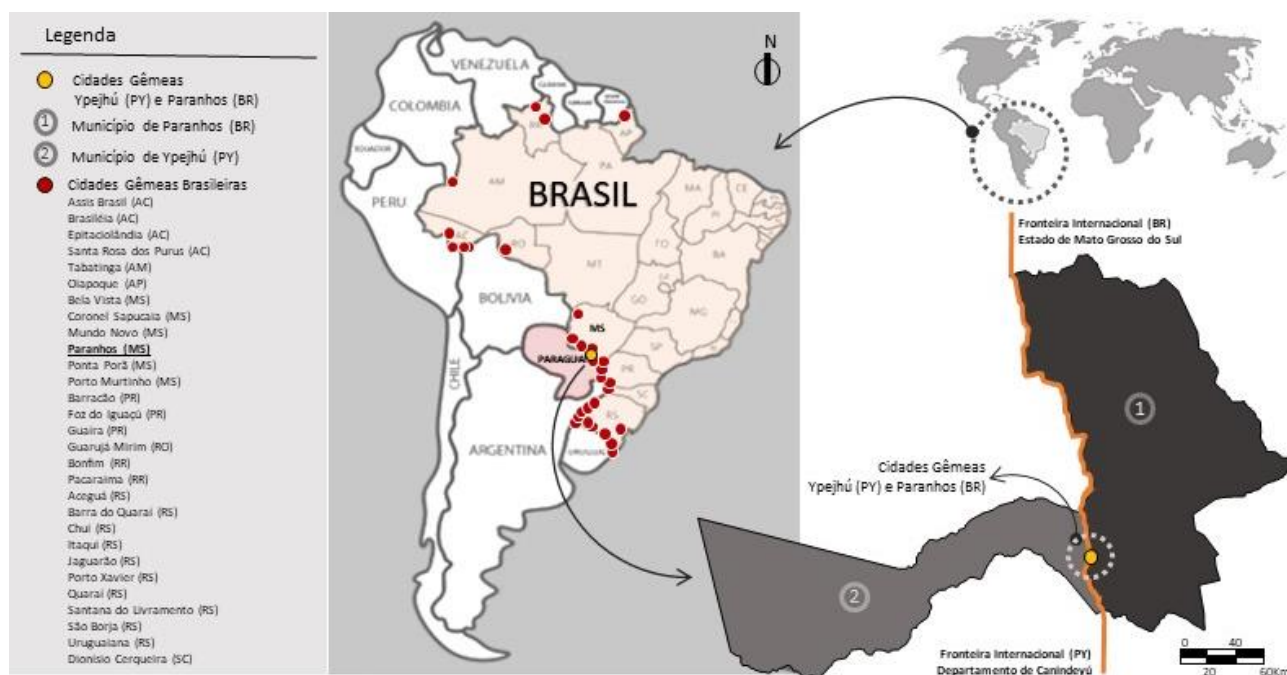


Fig. 01 Mapa de localização das Cidades Gêmeas brasileiras. Destaque para Ypejhú (PY) e Paranhos (BR), objeto de estudo. Fonte: Elaboração própria a partir da Portaria nº 125/2014, Ministério da Integração Nacional, (Seção 1. Diário Oficial da União, 24 mar. 2014).

Padrão define-se a partir da afirmativa de que existem relações precisas que revelam uma ordem permanente, organizadas em soluções ao nível mais genérico possível (Bitencourt, 2020). Padrões são objetos culturais, fenômenos de origem humana como consequência de um certo número de indivíduos atuando de forma independente (Allain, 2004). Segundo Kropf (2017), combinam elementos simples para fazer artefatos complexos, combinados para formar tipos de maior complexidade em diferentes escalas. Padrões definem a forma urbana no tempo (Coelho et al, 2014), e podem ser melhor compreendidos por meio da história.

Segundo Moudon (2015 p.45) a “forma urbana só pode ser compreendida a partir da história, porque os elementos que a compõem têm origem social e estão sempre em transformação e substituição formal”. Para Pereira Costa (2015, p.32), “(...) a forma urbana traduz o registro da história das ações civis e públicas e que delas pode-se apreender qual ideologia norteou a ocupação do solo ao longo do tempo”. E mais, a forma

urbana é, consolidada pela sobreposição de camadas, um palimpsesto, no qual as mais antigas são apagadas, substituídas pelas mais recentes (Conzen, 2004).

1. Aspectos de investigação

Investiga-se como objeto de estudo as cidades de fronteira Paranhos (BR), localizada no estado de Mato Grosso do Sul e Ypejhú (PY), situada no Departamento de Canindeyú. Tem como objetivos principais: buscar referências e configurações de ocupação territorial, identificar padrões morfológicos e reconhecê-los por meio da história, da tradição e de suas relações com as dinâmicas territoriais, como: a exploração da erva mate, a extração madeireira, a pecuária, as missões evangélicas e o movimento das populações indígenas (Carvalho, 2003). Por sua vez, confrontados aos padrões morfológicos e configurações espaciais observadas no lado paraguaio, verificou-se similaridades, congruências e distinções a fim de compreender o ambiente construído.

Traz para a discussão o planejamento territorial, as relações de cidade com o meio não urbano, as configurações espaciais no território de comunidades tradicionais e as relações de políticas públicas na fronteira internacional entre Brasil e Paraguai. Discute as possibilidades de padrões ou modelos que possam servir de parâmetros para o desenvolvimento urbano e cultural (Carvalho, 2003), podendo ser avaliados aspectos de preservação e patrimônio.

Questiona-se quais os fatores que propiciaram, para além da diversidade nos arranjos territoriais do objeto investigado, suas semelhanças e diferenças nos padrões morfológicos e configurações espaciais? Como hipótese, acredita-se que a cultura difundida entre os dois povoados proporcionou similaridades. Enquanto as políticas urbanas e ambientais dos diferentes países contribuíram para a constituição de padrões morfológicos e configurações espaciais distintas.

Como método de investigação, foi utilizado a pesquisa histórica, o exame em referências bibliográficas, a análise em imagens de satélite disponíveis e o levantamento de dados em campo. Por meio da metodologia aplicada foi possível observar processos de ocupação territorial, evolução urbana do objeto de estudo e identificar diferentes padrões morfológicos. O método contribuiu para a compreensão da ocupação territorial na porção brasileira de Mato Grosso do Sul, e suas relações mantidas com o Paraguai na linha de fronteira.

2. Movimentos da fronteira

Ao contrário de outras cidades gêmeas, como Ponta Porã/MS (BR) e Pedro Juan Caballero (PY), Foz do Iguaçu/PR (BR) e Ciudad del Este (PY), Corumbá/MS (BR) e Puerto Quijarro (BO), Paranhos/MS (BR) e Ypejhú (PY) são áreas urbanizadas de pouca projeção regional, se localizam em uma periferia social, ou seja, o “espaço invisível aos olhos da sociedade que, muitas vezes, despreza-o, na tentativa de apagamento dos sujeitos” (De Paula; De Paula, 2011, p.110).

Historicamente, as duas cidades pesquisadas surgiram como povoados de populações tradicionais e nomes semelhantes, Ipehum e Ypejhú, em área de concessão da Companhia Matte Laranjeira, ponto de passagem, fiscalização e exploração da erva mate, até o início do século XX. Adiante, eles presenciaram a exploração da atividade madeireira na região, observado nas pitorescas casas de madeira presentes em ambas cidades *Fig. 02d e 02i*. Com a escassez da produção madeireira nas décadas de 1940 e 1950 verifica-se o fortalecimento da prática pecuária (Barbiero, 2018), e consequentes disputas e mudanças nos arranjos territoriais.

Como sustenta Bittar (2009, p.50), se o ouro fez Cuiabá no norte do antigo Mato Grosso, “as pegadas do boi configuraram o sul do Estado”. Trata-se da “Frente de Expansão” (Martins, 1975) ou “Marcha para o Oeste” dos tempos do Governo Vargas, resultando em constantes embates entre pioneiros e povos indígenas ao ocuparem áreas no interior do Brasil, expropriando terras indígenas, consolidando conflitos territoriais, e culminando em diferentes formas de ocupação do território junto as diversidades culturais.

Essa nova dinâmica econômica atraiu fluxos populacionais de trabalhadores paraguaios, gaúchos e paranaenses (Brand, 1997), formados principalmente por posseiros, camponeses de subsistência que ocupam

a terra, trabalham nela, e reivindicam sua posse. Mais tarde, viriam as “frentes pioneiras” de novos proprietários da terra (Barbiero, 2018; Martins, 1975), fluxos que fortaleceram a economia dos povoados, acarretando algum desenvolvimento regional. Resultando atualmente nas cidades gêmeas, estruturadas e conformadas em fortes semelhanças e certa diversidade Fig. 02.

Quadro de imagens comparativas entre Paranhos/MS e Ypejhú (PY)		
Paranhos(MS)	Ypejhú (PY)	Análise (semelhanças e diferenças)
		Avenidas principais (eixos arteriais) <ul style="list-style-type: none"> Vias largas com canteiros centrais; Uso predominante comercial; Ocupação sobre recuos e canteiros no (PY).
		Tipologias e usos <ul style="list-style-type: none"> Uso predominantemente residencial em único pavimento nas áreas internas aos eixos principais; Edificações predominantes em alvenaria com tipos e plantas variadas; Adaptações de usos residenciais/comerciais no (PY).
		Habitação social <ul style="list-style-type: none"> Padronização de tipologias; Aplicação de políticas habitacionais concluídas no (BR) e inacabadas no (PY); Construções em periferias urbanas no (BR) e em áreas centrais no (PY);
		Habitações em madeira <ul style="list-style-type: none"> Tipologias padronizadas (corpo central e varandas); Edificações de valor histórico e cultural; Edificações em processos de desvalorização econômica, simbólica e cultura. Ação de substituição por alvenarias convencionais.
		Acessos secundários (internos, locais e bairros) <ul style="list-style-type: none"> Estruturas largas em calçadas e ruas no (BR) e ruas confortáveis, mais estreitas no (PY); Pavimentação em terra e asfalto no (BR) enquanto no (PY) terra e o uso de pedras; Falta de cuidado com acessos públicos e acessibilidade.

Fig. 02. Singularidades e diferenças, avenidas e comércios, tipologias com habitações e adaptações, programas de habitação social, casas de madeira, e vias secundárias em Paranhos (BR) e Ypejhú (PY). Fonte: Visita in loco, elaboração própria (2023).

O município de Paranhos (BR), instituído em 1987, contava com 14.576 em 2021 (IBGE, 2023). Dentre esses, 4.404 eram indígenas distribuídas em seis territórios: Takuaraty/Yvykuarusu, Potrero Guaçu, Sete Cerros, Arroio Korá, Ypo'i e Pirajuí (Barbiero, 2018), denominados genericamente Guarani-Kaiowá. Essa classificação genérica, própria do Governo e da sociedade da época, desconsiderava peculiaridades culturais, religiosas e linguísticas dos diversos povos, quando unificados em espaços únicos sofriam conflitos internos, gerados por práticas diversas (Barbiero, 2018). São povos que a partir da década de 1960 foram confinados em reservas, atendidos exclusivamente por missões evangélicas.

Entretanto, uma solução conveniente aos “novos proprietários da terra”, que assim mantiveram as populações isoladas e distantes (Brand, 1997), alegando não gerar riquezas para o país (Bittar, 2009). Cabe destacar que, os povos Guarani-Kaiowá são tradicionalmente agricultores de floresta tropical, cultivando principalmente o milho, a mandioca, feijões e cana-de-açúcar, dentre outros, além de frutas introduzidas como manga, laranja e banana (Pereira, 2004).

A partir dos anos 1990, segundo Barbiero (2018), houve a retomada de territórios próximos à cidade de Paranhos, levando as terras indígenas do município a diferentes processos de reconhecimento pelo Governo Brasileiro. Segundo dados do site “terrasindigenas.org.br”, atualmente existem no município, seis TIs ou Terras Indígenas. Entre elas estão três homologadas, TI Sete Cerros, TI Arroio-Korá e a TI Takuaraty/Yvykuarusu;

uma registrada, TI Pirajuí; uma declarada, TI Potrero Guaçu; e uma identificada TI Ypoi-Triunfo, onde juntas somam aproximadamente 44 mil hectares de área Fig. 03.

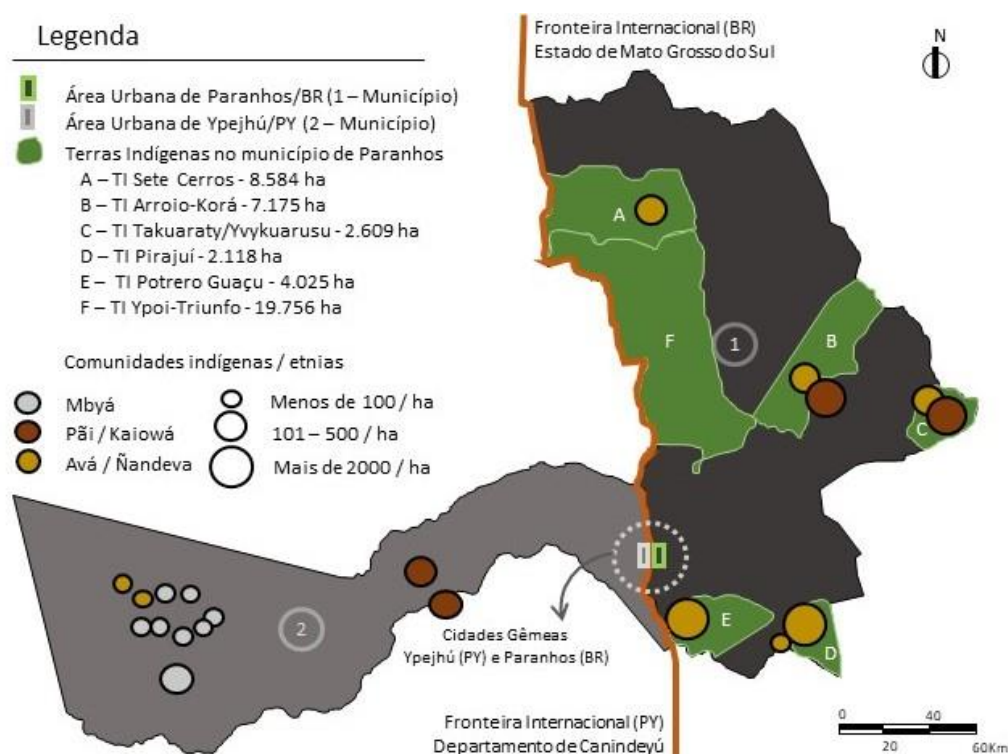


Fig. 03 Terras Indígenas / etnias nos municípios Paranhos (BR) e Ypejhú (PY). Fonte: Elaboração própria a partir de www.terrasindigenas.org.br

A cidade de Ypejhú (PY), possuía em 2021 9.039 habitantes, segundo projeção da Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos - DGEEC (2015; 2012), onde mais de 70% dessa população vive em zona rural. O distrito foi fundado em 1975, e assim como Paranhos recebeu sucessivos contingentes de migrantes vindos de várias localidades, principalmente do Brasil (Conceição; Silveira, 2017), sem converter ou assimilar a cultura do país. Pelo contrário, cuidaram da constante “reafirmação dos seus laços identitários (...) e suas comunidades de origem”. São os “brasiguaios, denominação que exclui as condições de cidadania, e de pertencimento nacional ou étnico”, conformando “não uma região de transição, mas o seu oposto, uma espécie de zona de convivência e de conflito” (Silva, 2007, p.14).

É então que, na década de 1980, esses migrantes vão trabalhar, em contingente de fazendas pecuárias, substituindo paulatinamente antigas áreas de plantio e florestas, conformando propriedades com superfície média de 137 a 300 hectares. Uma vez que “apenas os produtores mais capitalizados e que disponham de áreas consideráveis sobreviviam no negócio” restava aos demais criadores “uma existência marginal dentro desse mercado” (Silva, 2007, p.251). Como relata Pastore (1972, p. 211): “os agricultores nativos ficariam sem terras, os pequenos produtores de gado sem pastos, os municípios sem bosques e campos coletivos, e quase todas as terras, matas e ervais do Paraguai passariam a formar parte do patrimônio de pessoas ou de sociedades mercantis”.

Segundo o Ministério de Agricultura y Ganadería (MAG, 1997), na década de 1990, 70% do rebanho paraguaio já se encontrava na região da fronteira oriental, demonstrando a importância central da região na composição do PIB nacional, essencialmente agroexportador. A política de desenvolvimento agrário aplicada pelo governo paraguaio desde a gestão do Presidente Stroessner (1954-1989), tem permitido o avanço da agricultura predatória, também sobre as antigas terras indígenas e inclusive sobre as áreas remanescentes (Silva, 2007).

Assim como no Brasil, a supressão de direitos constitucionais das populações indígenas paraguayas contribuiu para o desenvolvimento de uma trajetória de deslocamentos, sentido oposto ao da expansão agropecuária.

Assim mantendo a condição camponesa, com perspectivas futuras nada alentadoras (Kohlhepp, 1984). Panorama que reflete na configuração e ocupação territorial observada nas análises.

Segundo Silva (2007), os povos mais antigos do oriente paraguaio, tais como os “Achê-Guayakí, Mbya Guaraní, Chiripá e Paî-Tavyterã, “vêm sofrendo nas últimas décadas a ameaça de desaparecimento”. Os Achê em particular, que são originalmente nômades e “dependem da caça e de áreas de maior abrangência, têm sido as vítimas mais diretas das agressões impostas ao meio ambiente e que coincidentemente pouca ou nenhuma proteção têm recebido do governo paraguaio” (Silva, 2007, p. 174). Já os Avá Chiripá vêm sendo ameaçados desde a construção da represa de Itaipu. Por não possuírem acesso a contrapartidas e aos financiamentos estrangeiros do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), não encontram condições dignas de sobrevivência, estando eles entre os grupos mais pobres da população do país (Silva, 2007).

Quanto às terras indígenas paraguaias, ao longo das primeiras seis décadas do século, sobraram “políticas de Estado menos voltadas para os povos indígenas”, de maneira que, a ação indigenista esteve, sobretudo, controlada por ações missionárias, entretanto, em espaços diminutos. Diferentemente do Brasil, conforme apontado por Barbosa e Mura (2011, p.302-303).

De acordo com os dados disponíveis, o departamento de Canindeyú, localidade de Ypejhú, é o que possui a maior quantidade de comunidades indígenas no país. São ao todo 106 comunidades ocupando 84.250 hectares de área do departamento, das quais 25 não possuem o registro da terra (DGEEC, 2012). Sua demarcação, segundo Bogado e Portillo (2016), se deu por meio do *Estatuto de las comunidades indígenas*, Lei 904/81, mas na prática seguiu o viés agrarista de forma semelhante às colônias camponesas, não definindo territórios amplos conforme realizado no Brasil. Além disso, após 40 anos de vigência da Lei ainda não existe cadastro e registro determinando o número preciso de terras indígenas existentes, bem como sua respectiva situação administrativa e jurídica. Não por acaso, o departamento de Canindeyú é o que possui a maior concentração de problemas, como: aluguéis e empréstimos de terra a terceiros, apropriação indevida, invasões e superposição de títulos. No caso do aluguel e empréstimo de terras, proibidos pela legislação, eles são consequência direta do modelo de expansão agropecuária citado anteriormente (Bogado; Portillo, 2016).

Dessa forma, é comum encontrar nas duas cidades, pedintes, não raro de feições indígenas, demonstrando nesses pequenos núcleos, o que Secchi (2015) denomina de aprofundamento da divisão social entre ricos e pobres, característica da cidade contemporânea (Bitencourt, 2020). Da mesma maneira, como destaca Maricato (1996), restam aos mais pobres e marginalizados os espaços que sobram da “cidade regulada”, quase sempre “autoconstruídos” em áreas vedadas para o estabelecimento dos mercados formais (beiras de córregos, áreas rurais ou de preservação). Sendo então objeto da gestão cotidiana, ao contrário das classes altas, que pressionam e conseguem do poder público investimentos dos mais diversos.

3. Discussão

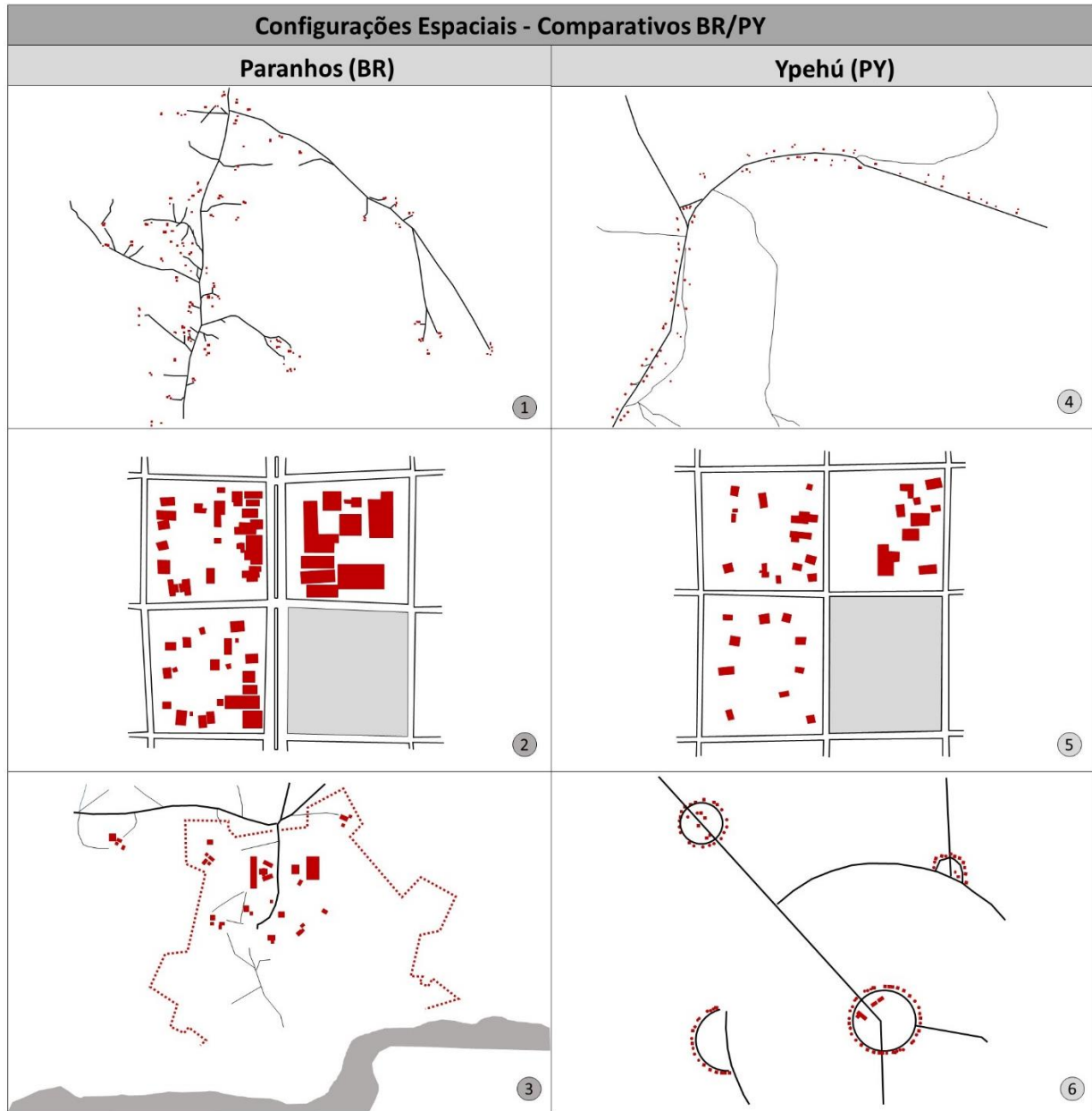
3.1. A grelha e outros arranjos espaciais

Para Carvalho (2013), a quadra e a malha urbana são alguns dos elementos mais importantes da urbanística. Utilizado ao longo da história da cidade para organizar o território: da Grécia Antiga ao pensamento renascentista colonizador; do pensamento moderno encampado logo após a Revolução Industrial ao Eixample de Barcelona. Entre outras cidades mundo afora, a quadra sempre foi um paradigma de ordem e harmonia, que permitiu organização e prolongamento indefinidos da cidade. Além disso, ela tende a maximizar os custos de infraestrutura, oferecendo menores comprimentos de viagem e maiores números de lotes, sofrendo, eventualmente, com a falta de hierarquia que pode implicar na redução dos níveis de legibilidade (Lynch, 1960; Gomes; Bitencourt, 2020).

Tanto Paranhos (BR) como Ypejhú (PY), bem como grande parte das cidades da fronteira sul-mato grossense, o padrão de ocupação em grelha é o adotado *Fig. 04(2 e 5)*, como herança do predomínio militar, econômico e político, primeiro das metrópoles espanhola e portuguesa e depois do estado forte que existiu no Paraguai e

Brasil no século XX, impondo a disciplina e a visão ordenada aos territórios conquistados (Bitencourt; Gomes, 2019).

Contudo, em outra escala observada por meio das imagens de satélites disponíveis no Google Earth, o que pode ser analisado no tecido urbano são diferentes configurações de ocupação no espaço. A análise do objeto de estudo aponta que para além da grelha outras formas de organização territorial foram historicamente se constituindo. Na imagem comparativa *Fig 04*, pode ser observado arranjos espaciais que elucidam o exposto.



Nota: 1. Aldeia indígena Takuaraty/Yvykuarusu; 2. Quadricula do tecido urbano de Paranhos; 3. Ruínas do Forte Nossa Senhora dos Prazeres do Iguatemi e ocupações indígenas, parte da Aldeia de Pirajuí; 4. Comunidade indígena Pypucu; 5. Quadricula do tecido urbano de Ypehú; 6. Assentamento *Crescencio González*, comunidade de agricultores. Imagens feitas a partir de fotos aéreas disponíveis no *Google Earth*.

Nota: 2. Legenda: ■ edificações; - - - - - ruínas do Forte Nossa Senhora dos Prazeres do Iguatemi; — vias de circulação.

Fig. 04 Padrões de ocupação territorial nas áreas de Ypehú (PY) e Paranhos (BR). Fonte: Elaboração própria a partir do Google Earth

Em (1 e 4) dois territórios indígenas, onde em (1), aldeia indígena Takuaraty/Yvykuarusu, é observado uma configuração com diferentes ramificações de ocupação mostrando forte relação com o território, enquanto em (4), comunidade indígena Pypucu, se desenvolve em um único eixo linear, destacando uma relação com a via

de circulação e singela com o território. Estão espalhadas pelo território, sendo em Paranhos de maiores áreas se configurando em formas mais orgânicas, ao contrário de Ypejhú, onde são menores e lineares.

Em (2 e 5) a quadricula é marcada fortemente como herança da colonização nos dois territórios. Em algumas vias urbanas do objeto de estudo, a largura distingue das demais, denotando o resultado de dinâmicas urbanas, fruto da ocupação do solo, pelo menos do lado brasileiro. No Brasil, as avenidas Ayrton Sena da Silva, Alberto Ratier e Marechal Dutra possuem, em sua maioria, duas pistas carroçáveis por sentido e canteiro central. As demais ruas e avenidas possuem apenas uma pista carroçável por sentido, sem nenhuma distinção. Em todas as ruas da cidade, o padrão é o de calçadas largas, entre 4m e 7m de largura. No Paraguai, repete-se o padrão do traçado, com apenas as avenidas Castro Alves e Pedro Nunes com duas pistas carroçáveis por sentido e canteiro central. Contudo, nas vias as calçadas têm entre 2m e 3m.

Pode ser visto que no lado brasileiro, grande parte das ruas encontram-se asfaltadas, enquanto em Ypejhú, a maioria possui pavimentação em pedra. Algo inclusive utilizado pelos moradores para diferenciar as duas áreas urbanas. Pelo visto, a cidade de Paranhos parece ter sido favorecida com melhor infraestrutura viária, conferindo-a uma aparência de cidade bem traçada. Enquanto Ypejhú (PY), o mesmo padrão de traçado sofre com a precarização de drenagem pluvial e de pavimentação das calçadas.

Em (3 e 6) traços racionalizados, planejados, desenhados. Em (3) heranças do Forte Iguatemi, originalmente com formato hexagonal, herança renascentista na colônia, hoje esvanece em território indígena, porém é possível observar ruínas do que foi um local de disputas por fronteiras, territórios entre Brasil e Paraguai. Já em (6) observa-se o assentamento *Crescencio González*, implantado para atender comunidades de agricultores, em desenhos circulares que se espalham pelo território.

3.2. A linha internacional

A linha imaginária de fronteira, quando avança por entre as cidades gêmeas, encontra-se com a área do Parque Natural Municipal Nascente do Rio Destino, conformando um vale de escoamento de águas e drenagem coexistindo com algumas edificações. Diretamente adjuntas a “linha”, estão as franjas fronteiriças do objeto de estudo conforme *Fig. 05* e *Fig. 06*. Ao contrário da linha internacional nas cidades de Ponta Porã/BR e Pedro Juan Caballero/PY, “que define um espaço multiuso dinamizado por transações comerciais, moedas e línguas, conformando zonas de subversão urbana” (Gomes; Bitencourt, 2020), sendo, portanto, naturalmente vigiado.



Fig.05 - a) Rua dos Lavradores, Paranhos (BR), ao fundo Ypejhú (PY); b) Rua Ayrton Sena da Silva, Paranhos (BR), ao fundo Ypejhú (PY); c) Parque Natural Municipal Nascentes do Rio Destino, Paranhos (BR). Vazios urbanos. Fonte: Elaborada pelo Autor (2023).

Entre Paranhos e Ypejhú, o espaço se conforma em áreas desocupadas, em que parece haver pouca circulação de pessoas, com pouco ou nenhum controle por parte das autoridades. Há também o parque urbano, *Fig. 05c*, inóspito e desprovido de estrutura, com características de ruptura (Panerai, 2006), evidencia a porosidade e subentendida mobilidade, por exemplo, de mercadorias entre as duas cidades, e delas para os respectivos países. No caso de Ypejhú, esse escoamento pode ser muito facilitado pela presença da Ruta Nacional 17, que conecta Salto del Guairá, ao sul, e Pedro Juan Caballero, ao norte, capitais dos departamentos de Canindeyú e Amambay, respectivamente. Essa mesma rodovia ligada a rede rodoviária, permite levar o viajante a Assunción, capital nacional e outras partes do país.

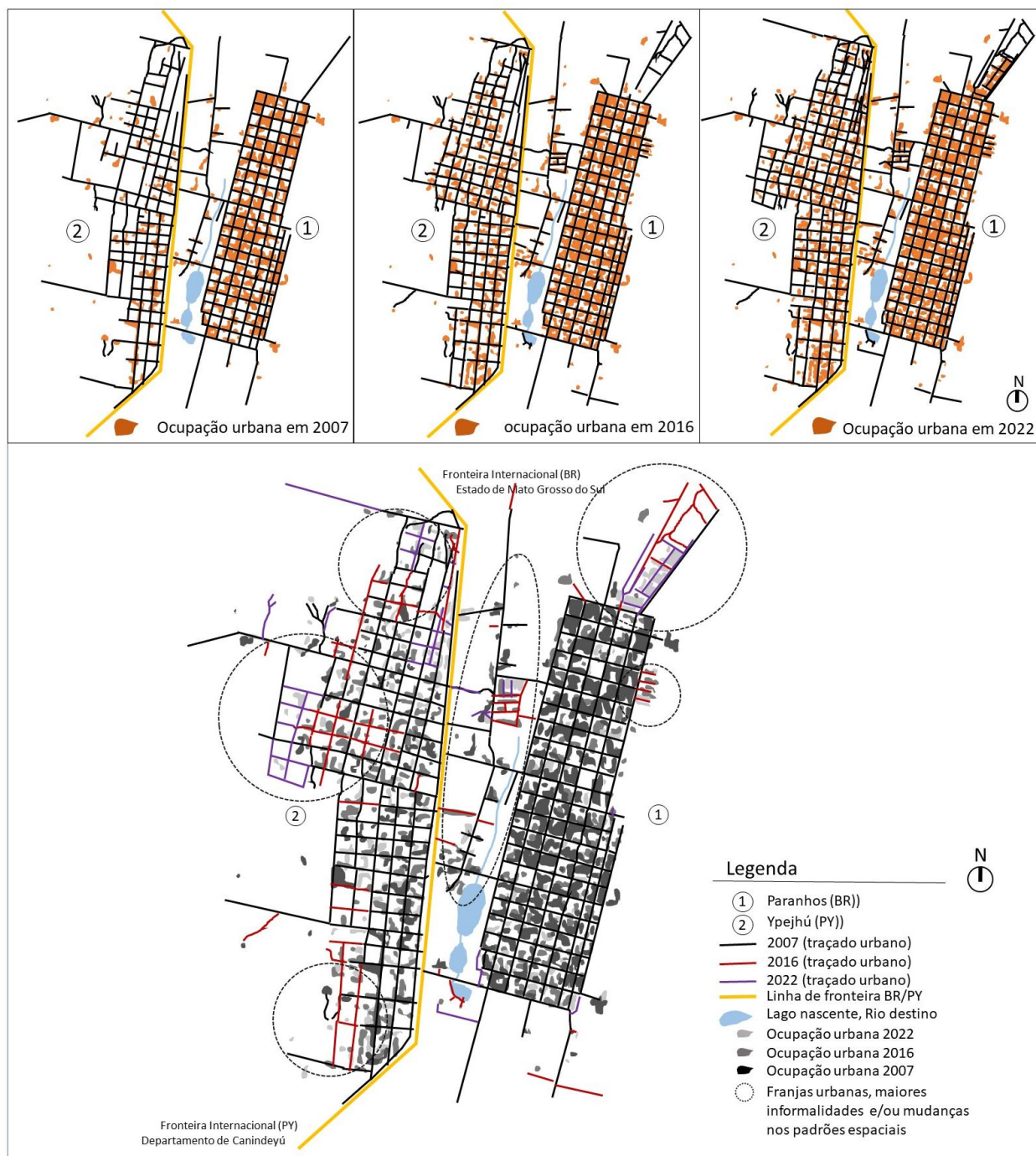


Fig. 06 Evolução Urbana da área conurbada de Paranhos/MS e Ypejhú (PY) e a linha internacional entre elas. Fonte: Elaboração própria a partir do Google Earth.

3.3. O Forte Iguatemi e a subtração da história local

Anterior aos posseiros e as “frentes pioneiras”, a região foi povoada em decorrência dos interesses do governo português em avançar no controle do território espanhol, meados do século XVIII. Com isso foi implantado o Forte do Iguatemi, localizado às margens do rio Iguatemi, a 36 km de Paranhos, onde hoje está a TI Takuaraty/Yvykuarusu. Fundado como Forte de Nossa Senhora dos Prazeres de Iguatemi, em estilo Vauban, entre 1767 e 1777 (IPHAN, 2023), período marcado por disputas de fronteiras, e definições territoriais entre Brasil e Paraguai, marcado pelos tratados de Madrid (1750) e Santo Ildefonso (1777) (Barbiero, 2018).

Seu formato hexagonal, traçado interno em quadrícula e uma Praça de Armas - Fig. 07 são registros de racionalidade e planejamento no trato do projeto, à exemplo das plantas de São Luís (BR), Rio de Janeiro (BR), Paraty (BR) e Vila Real de Santo Antônio (PT), com seus traçados geométricos ajustados às condicionantes ambientais (Bitencourt; Gomes, 2019). O forte teria abrigado até 4.000 homens, figurando como vila no final do século XVIII, conforme Brand (1997), sendo, portanto, o mais antigo povoado do Mato Grosso meridional.

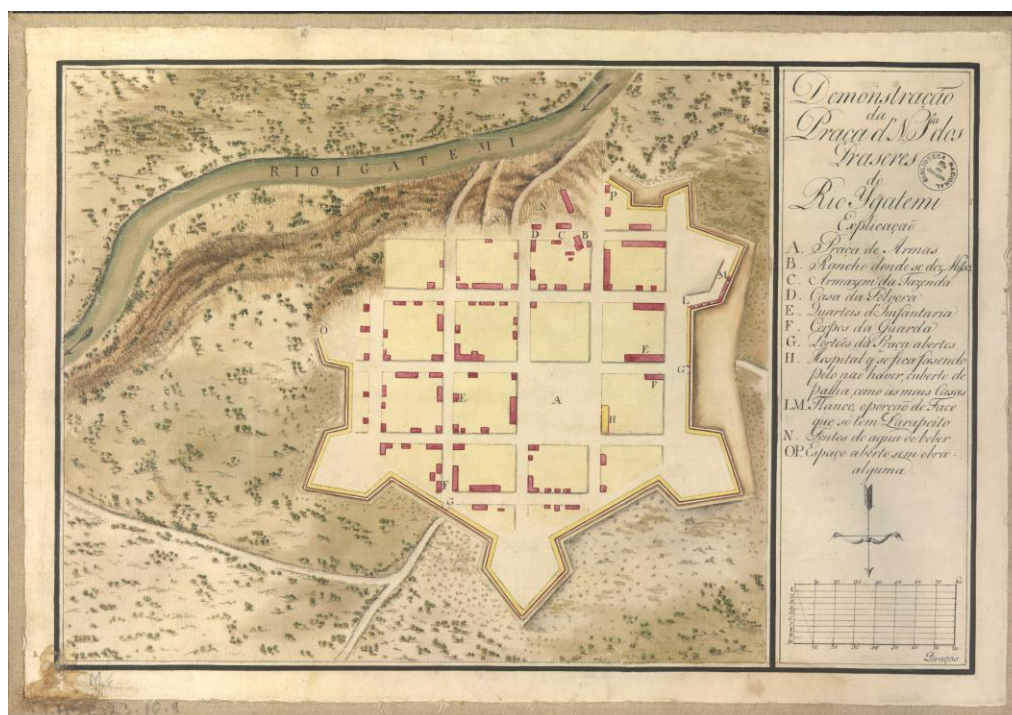


Fig.07 - Planta do Forte Iguatemi com quadrícula interna às muralhas. Fonte: Biblioteca Nacional Digital (2023)

O forte foi local de ocupação e batalhas entre indígenas e *castellanos*, caiu após uma das batalhas. Após a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso não foi reconstruído e voltou a ser habitado por indígenas, restando, ruínas, fundações e trincheiras, um sítio arqueológico (Brand, 1997; Barbiero, 2018) Fig. 04(3). Mesmo durante a Guerra do Paraguai, entre 1864 - 1870, o local serviu de passagem e circulação para tropas, com a chegada das “Fontes Pioneiras”, no século XX, os indígenas foram expulsos, retomando a posse com a demarcação da TI Takuaraty/Yvykuarusu, em 1993.

Esses eventos de ocupação, abandono e reocupação parecem ter sido determinantes para a deterioração do forte, do patrimônio histórico regional e brasileiro, e das tradições dos Guarani-Kaiowá, e também afetado pela expansão da erva-mate pela Companhia Matte Laranjeira (1882 - 1943). Autores sustentam que a companhia utilizou intensamente mão de obra indígena (Ferreira, 2007), entretanto, faltam referências acerca dessa participação, talvez por estarem os indígenas, ocultos entre os paraguaios, falando as mesmas línguas e praticando os mesmos costumes (Brand, 1997). Porém, após a Constituição Brasileira de 1891, sem considerar a presença e o direito dos povos originários às terras que habitavam, a Companhia avançou seus domínios sobre as terras indígenas (Brand, 1997; Barbiero, 2018), levando dificuldades àqueles que viviam na área do forte Iguatemi, e em outras glebas da atual TI Takuaraty/Yvykuarusu.

Apesar do reconhecimento como patrimônio arqueológico em final da década de 1980, são raros os estudos sobre o forte. Segundo Santos (2002, p.73), depois de mais de um século de abandono, em 1985 ele foi objeto de inspeção técnica, e identificado “grande parte das bases de suas muralhas e baluartes”, alguns objetos e nenhuma construção interna. Hoje, a área encontra-se na sede do município de Paranhos dentro da TI Takuaraty/Yvykuarusu, onde está erguida a Escola Municipal Pancho Romero, no interior da antiga muralha. Apesar da importância que representa para a comunidade, paradoxalmente, demonstra a retomada de um território ancestral, mas também, o descaso com a história da ocupação da região.

4. Considerações Finais

Acredita-se que a discussão sobre as formas de ocupação auxilia na elaboração de políticas públicas, essencialmente quando essas formas e interações entre territórios distintos, formadas por processos comuns, definem a vida de seus moradores, camponeses e indígenas. Porém, apenas o reforço da economia e da história podem evitar que esse tipo de ocupação de fronteira caia no domínio da marginalidade, comum em cidades gêmeas.

Um capítulo especial deve ser reservado a solucionar a questão dos indígenas, dando-lhes voz e condições para seus territórios. A expansão agropecuária contribuiu na consolidação de territórios indígenas, segregados e afastados dos centros urbanos, “espalhados” de difícil acesso “para chegar em terras indígenas, só é possível por meio de uma 4x4” afirma uma funcionária pública. Deve ser lembrado que as cidades também são para eles uma referência não só espacial, mas de prestação de serviços básicos. Assim como no Brasil, a supressão de direitos constitucionais das populações indígenas paraguaias contribuiu para o desenvolvimento de uma trajetória de deslocamentos para as franjas urbanas. Enquanto as políticas urbanas e ambientais dos distintos países contribuíram para a constituição de padrões morfológicos e configurações espaciais distintas, já a cultura difundida nos dois territórios possibilitou a ocorrência de similaridades.

Por fim, vale destacar a importância do projeto de extensão “Identificação histórica e física dos vestígios do Forte Nossa Senhora dos Prazeres do Iguatemi que confirmam a ocupação oeste do Brasil, na segunda metade do Século XVIII pelos colonizadores portugueses durante a disputa fronteiriça entre Portugal e Espanha”, coordenado pela Prof.^a Dra. Maria Margareth Escobar Ribas Lima junto a UFMS, projeto que também tem demandado esforços para o resgate histórico e arqueológico do local.

BIBLIOGRAFIA

BARBIERO, C. M. (2018). Ensino de história local para Crianças: (re)construindo histórias de Paranhos. UEMS – Amambai. Disponível em: Material didático - Ensino de história local para crianças (re)construindo histórias de Paranhos.pdf (capes.gov.br). (Consulta: 27/12/2022).

BARBOSA, P. A; Mura, F. (2011). Construindo e reconstruindo territórios Guarani: dinâmica territorial na fronteira entre Brasil e Paraguai (séc. XIX-XX). Journal de la Société des américanistes [En ligne], 97-2. Disponível em: <https://journals.openedition.org/jsa/11963>. (Consulta: 29/3/2023).

BITENCOURT, R. B; GOMES, R. F (2019). Forma urbana e planejamento: tradições nos dois lados do atlântico. XI Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo, Barcelona: Revistes UPC - Universitat Politècnica de Catalunya, 11, 1-16. Disponível em <https://revistes.upc.edu/index.php/SIIU/issue/view/773>. (Consulta: 14/4/2020).

BITENCOURT, R. B. (2020). Para planejar a boa forma, a avaliação de planos na cidade contemporânea. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília.

BITTAR, M. (2009). Mato Grosso do Sul, a construção de um estado, volume I: regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso. Campo Grande, MS: Ed. UFMS.

BOGADO, M; PORTILLO, R; VILLAGRA, R. (2016). Alquiler de tierras y territorios indígenas en el Paraguay. Cuadernos do Lepaarq, v. 13, N. 26. Disponível em: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/Lepaarq/article/view/4407>. (Consulta: 24/3/2023)

BRAND, A. (1997). O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: Os difíceis caminhos da palavra (tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre.

PEREIRA, L. M. (2004). Resumo do Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena Guarani-Kaiowá Guyraroká. *In*: FUNAI – Fundação Nacional do Índio (2004). Despachos do Presidente, 12 de agosto de 2004. Diário Oficial da União. Brasília, 13 de agosto de 2004.

CARVALHO, J. (2003). Formas urbanas. Coimbra: Minerva.

COELHO, C. D. et al. (2014) Tempo e a forma: cadernos de morfologia urbana 2. Lisboa: Argumentum; Forma Urbis Lab.

CONCEIÇÃO, C. A.; SILVEIRA, C. V. (2017). A mobilidade humana e interações sociais na faixa de fronteira entre o município de Paranhos – BR E Ypejú – PY. Revista GeoPantanal-UFMS/AGB, n. Especial, Corumbá, 185-200.

DE PAULA, L.; DE PAULA, S. L. (2011). No centro da periferia, a periferia no centro, Ipotesi. Juiz de Fora, 15, 2, 107-121.

DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICA, ENCUESTAS Y CENSOS - DGEEC (2015). Paraguay Proyección de la Población por Sexo y Edad según Distrito, 2000-2025: Revisión 2015. Fernando de la Mora: DGEEC. Disponível em: <https://www.ine.gov.py/microdatos/datos-abiertos-indicador.php?ind=16>. (Consulta: 23/3/2023).

DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICA, ENCUESTAS Y CENSOS - DGEEC (2012). Censo de Comunidades de los Pueblos Indígenas. Resultados Finales 2012. Fernando de la Mora: DGEEC. Disponível em: https://www.ine.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/documento/c3c9_Censo%20de%20Comunidades%20de%20los%20Pueblos%20Indigenas%20Resultados%20Finales%202012.pdf. (Consulta: 24/3/2023).

FERREIRA, E. M. L. (2007). A participação dos índios Kaiowá e Guarani como trabalhadores nos ervais da Companhia Matte Larangeira (1902-1952) – Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

GOMES, R. F (2019). Informalidades planejadas: análise em conjuntos urbanos tombados do litoral brasileiro. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília.

GOMES, R. F.; BITENCOURT, R. B. (2019). Morphological contrast and urban policies on the border of Brazil and Paraguay. Cities in the 21st Century - The International Seminar on Urban Form, 2020, Salt Lake City, 2020. ISUF annual conference proceedings. Salt Lake City: University of Utah Marriott Library Digital Collections, v.1, p.287-292.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE (2023). Paranhos, Mato Grosso do Sul. Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/paranhos/panorama>. (Consulta: 23/3/2023).

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN (2023). Forte do Iguatemi MS – AB- 01: Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_detalhes.php?4258. (Consulta: 7/4/2023).

KOHLHEPP, G. (1984). Colonización y desarrollo dependiente en el oriente paraguayo. Revista Geográfica, México, n. 99, enero-junio.

LYNCH, K. The image of the city. Cambridge: The M.I.T. Press, 1960.

MARICATO, E. (1996). Metrópole na periferia do capitalismo. São Paulo: Hucitec.

MARTINS, J. S. (1975). Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira.

MINISTERIO DE AGRICULTURA Y GANADERÍA - MAG (1997). Producción agropecuaria 1996/1997, Síntesis estadística. Dirección de Censos y Estadísticas Agropecuarias, Asunción: MAG.

PANERAI, P. (2006). Análise Urbana, EdUnB, Brasília.

PASTORE, C. (1972). La lucha por la tierra en el Paraguay, Antequera, Montevideo.

SANTOS, A. M. P. S. (2002). O Forte do Iguatemi: um atalaia do Império Colonial e Trincheira da memória dos índios Kaiowá da Paraguassu (Dissertação) - Mestrado em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas.

SILVA, H. M. (2007). Fronteireiros: as condicionantes históricas da ocupação e colonização do oriente paraguaio: a região de Katueté, no Departamento de Canindeyú – 1970–2000. Tese (Doutorado) – Programa de PósGraduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.